

"Dia das Crianças para quem?"

Comemoração do dia 12 de outubro de 1968 no jornal O Estado (Florianópolis/SC)

Beatriz Bauer¹

Resumo: O jornal *O Estado* foi um dos principais periódicos a circular pela capital catarinense na ditadura militar. Neste artigo, investigou-se como o discurso jornalístico apresentou o Dia das Crianças de 12 de outubro de 1968. Nas três primeiras partes do artigo, foram analisadas as relações entre a ditadura e as crianças, e como se deu a criação do Dia das Crianças em nosso país. Na sequência, abordaram-se reflexões sobre a história do periódico e as peças jornalísticas que discursaram sobre a comemoração das crianças em 1968.

Palavras-chave: Dia das Crianças; Ditadura militar; Imprensa catarinense.

¹ Mestranda pelo Programa Pós Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina – PPGH-UDESC. Docente vinculada a Secretária Municipal de Educação de Palhoça - SC. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7281236854815527> E-mail: beabauer81@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-0130-4766>.

"Dia das Crianças para quem?"
Comemoração do dia 12 de outubro de 1968 no jornal O Estado
(Florianópolis/SC)
BAUER, B.

"Children's Day for whom?"

Celebration of October 12, 1968 in the newspaper O Estado (Florianópolis/SC)

Abstract: The newspaper O Estado was one of the main newspapers circulating in the capital of Santa Catarina during the military dictatorship. This article investigates how journalistic discourse in 1968 presented the celebration of Children's Day on October 12. The first three parts of the article investigate the relationship between the dictatorship in Brazil and children, as well as how Children's Day was created in our country. Afterwards, reflections on the history of the periodical and the journalistic pieces that spoke about the celebration of children in 1968 were discussed.

Keywords: Children's Day; Military dictatorship; Santa Catarina press.

Introdução

Uma sociedade em seu tempo e espaço é fruto das relações sociais estabelecidas entre os indivíduos que nela vivem. A infância ocupou o centro das pesquisas no campo historiográfico especialmente quando as crianças passaram a ser consideradas sujeitos históricos. Transformações políticas, culturais e econômicas fizeram emergir a preocupação com a população infantil em um contexto de novos ideais civilizatórios e nacionais no Brasil do início do século XIX. Setores da sociedade se mobilizaram para organizar políticas sociais que promovessem a saúde, a educação e a proteção das crianças. Nesse movimento, foi escolhido um dia no calendário para a comemoração do Dia das Crianças em território brasileiro. Meninos e meninas passaram a compor pautas jornalísticas com questões que tratavam do abandono infantil, das instituições e das casas de acolhimento especializadas, e de propagandas voltadas para o consumo voltado para crianças.

No Brasil, desde a década de 1950, as crianças passaram a ser “personagens” importantes nos anúncios publicitários veiculados na imprensa. Neles as crianças aparecem de forma indireta como membros da família, que, por sua vez, consumiam os produtos.ⁱ

As crianças se tornaram presentes nas páginas dos meios de comunicação de massa, “os quais funcionam como veículos de memórias.”ⁱⁱ Durante o período ditatorial no Brasil, muitas crianças sofreram diferentes violências: foram obrigadas a presenciar a tortura de seus pais; foram afastadas de suas famílias, sendo abrigadas em lares e instituições assistenciais; e foram marginalizadas por meio do controle da população pobre, vista como perigosa ao processo de modernidade e progresso do país, o qual tivera início no início do século XX.

Manteve-se, pois, o abismo infranqueável entre infância privilegiadas e menores marginalizados. Impuseram-se

reiteradamente propostas assistenciais, destinadas a compensar a ausência de uma política social efetiva, capaz de proporcionar condições equitativas de desenvolvimento para crianças e adolescentes de qualquer natureza.ⁱⁱⁱ

A imprensa é constituída socialmente, mas, numa via de mão dupla, seus discursos também constituem a realidade. Problematicar as memórias publicadas por determinado periódico permite ao historiador observar o que deve ser lembrado, os esquecimentos, as alianças e os sentidos nos discursos jornalísticos. Utilizar a imprensa para investigar o passado a partir do tempo presente requer que o investigador contemple as disputas e as tensões de um determinado tempo histórico. Os discursos acerca das crianças foram produzidos em *O Estado* a partir da sua época, afetando a construção das identidades daqueles que ali circulavam. Analisar a forma como um jornal aborda determinada temática é buscar nessa fonte a maneira como é retratada uma sociedade em determinado momento.

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.^{iv}

Além da imprensa, foram considerados, aqui, estudos voltados para a infância no período ditatorial no Brasil, especialmente para a infância catarinense e para *Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem)*. Destaco aqui as contribuições do pesquisador Humberto Miranda, que historiciza a *Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM)*, criada em 1964, ainda no primeiro ano do regime militar.^v E o estudo das pesquisadoras Camila Serafim Daminelli e Silvia Maria Fávero Arend sobre as políticas sociais para infância e juventude carente e

infratora entre os anos de 1970 e 1980 em Santa Catarina.^{vi} A pesquisadora Susana Sosenski também está referenciada, por investigar e produzir reflexões acerca da criação do Dia das Crianças no México.^{vii}

A vida da criança passou a ser “comemorada” em território brasileiro, assim como no México. Neste sentido, esta pesquisa tem como proposta investigar o discurso acerca da comemoração do Dia das Crianças no ano de 1968, período da ditadura militar no Brasil. Foi consultado especificamente o periódico catarinense *O Estado*. O principal objetivo é analisar como a comemoração do Dia das Crianças foi apresentada nos discursos das peças jornalísticas desse jornal relativas ao dia 12 de outubro de 1968.

Assim como em 1968, ano de maior violência e repressão do regime militar, em nosso tempo presente, são negados a muitas crianças direitos à alimentação, à proteção, à saúde, à educação e à comemoração do seu dia. Permanece uma comemoração voltada para o consumo, a qual teve início na década de 1950. Hoje são utilizados outros meios de comunicação para alcançar as crianças e suas famílias. Pontos que podem ser compreendidos a partir das observações do historiador Henry Rousso, ao destacar que a história do tempo presente é uma “história que não passa”, um passado que não passa, o qual é sempre presente.^{viii} Há uma permanência: ao mesmo tempo que a redemocratização do país, após o fim do regime militar, trouxe mudanças, vigora um passado ainda latente nos dias de hoje, o qual priva inúmeras crianças de seus direitos e da oportunidade, inclusive, de comemorar o seu dia, em outubro.

As crianças e a ditadura militar

Na década de 1960, aconteceram mudanças significativas em nossa política e na história de nosso país. Os debates políticos invadiram fábricas, ruas, universidades, campos etc., deixando de ser apenas um privilégio do parlamento,

do judiciário e da burguesia. A partir de 1964, no entanto, a sociedade brasileira esteve imersa em um longo período de ditadura militar, o qual perdurou até 1985. O golpe de Estado que o país sofreu nesse período instaurou um regime autoritário que chegou ao seu ápice com a imposição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), no final de 1968. Foi uma ocasião histórica, marcada por prisões, torturas e interrogatórios aplicados aos indivíduos considerados perigosos e opositores ao regime civil-militar.

[...] a ditadura militar brasileira foi muito violenta desde os primeiros momentos após o golpe de 1964. Entretanto, a partir de 1968, essa violência se ampliou muito com a instituição de aparatos institucionalizados de repressão que criaram um sistema nacional de espionagem, uma polícia política, um departamento de propaganda e outro de censura política, além de um tribunal de exceção para o julgamento de pessoas supostamente implicadas pela corrupção.^{ix}

Como em outros momentos históricos, as crianças vivenciaram esse cenário político da ditadura militar, a qual, no ano de 1968, experimentou tanto o auge da contestação política quanto a fase de maior repressão e violência do regime. Homens e mulheres sofreram diferentes formas de violência, inclusive a que envolvia o uso de seus(as) filhos(as) em práticas de tortura. Segundo Luísa Rita Cardoso, as crianças foram utilizadas nas torturas com o objetivo de atingir os próprios pais.^x No início do século XX, a atenção voltada às crianças se expressava pela caridade e pela filantropia, envolvendo a medicina, o Estado e diferentes grupos sociais. Em 1964, no entanto, isso voltou-se para o bem-estar social da criança, com a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a partir da Lei nº 4.513, de 1 de dezembro de 1964.

Da fase caritativa, passando pela filantropia e pelo bem-estar social, até chegar ao que denominamos “era dos direitos” é possível considerar que a trajetória da assistência ao abandono infantil passou por diferentes estratégias de ação

do Estado, que, amparado no ideário jurídico-administrativo, higienista, e na assistência social, passou a criar códigos, normas disciplinares e políticas de intervenção, na tentativa de combater o problema dos diferentes abandonos.^{xi}

Havia, de um lado, o zelo e a proteção à vida das crianças e dos adolescentes, e, de outro, a preocupação com o abandonado infantil e juvenil. A partir da investigação de *O Estado* de Santa Catarina, entre 1970 e 1980, as pesquisadoras Silvia Fávero Arend e Camila Serafim Daminelli constataram que os principais motivos para o abandono de crianças e adolescentes eram: a falta de condições financeiras das mães, já que muitas trabalhavam com a prostituição; e o fato de o novo cônjuge não querer criar crianças e adolescentes frutos das relações anteriores de suas parceiras.^{xii} As políticas voltadas para o “problema do menor”, a partir da década de 1960, envolviam ações para a proteção de crianças e adolescentes em situações vulneráveis. Muitos vinham de famílias com baixa renda ou que migraram do campo para as regiões urbanas, ficando sem condições financeiras adequadas, ou ainda provinham de famílias nas quais as mulheres passavam a compor o mercado de trabalho. Há também casos de “patologias sociais” no seio familiar, como embriaguez e prostituição, as quais implicavam diretamente o aumento dos casos de internação e de abandono infantil e juvenil.^{xiii}

As políticas sociais para as crianças e os adolescentes que pertenciam às famílias pobres estavam voltadas para a preservação física de seu corpo. Davam-se a eles assistência e proteção para que se tornassem mão de obra barata para o mercado de trabalho. Essas políticas que, na sua maioria, eram assistencialistas auxiliavam, mas também serviam como excludentes, já que o Estado, por meio de diferentes formas de violência, objetificava tanto as crianças quanto os adolescentes pobres. O “menor” pobre tinha potencial para ser alguém perigoso e

desajustado, precisando, portanto, ser moldado para manter a ordem social. Dessa maneira, ele se tornava objeto de posse do Estado.

A “questão” ou o problema do menor era a parte sensível de um todo social mais abrangente, este, grosso modo, fruto de um vertiginoso crescimento urbano incapaz de evitar, fosse pelas vias do trabalho fosse pelas vias assistenciais, a expansão da pobreza nos grandes e médios centros do país.^{xiv}

Esses discursos fabricam uma ideia preconcebida sobre as crianças e os adolescentes pobres ou em situação de rua, assim como culpabilizam as famílias por seu desamparo, seja pela falta de condições de proteger e cuidar de seus(as) filhos(as), seja pelas condutas socialmente desviadas. O desamparo e a proteção são utilizados pelo Estado como justificativas para amparar e encaminhar esses indivíduos a um futuro melhor, mantendo assim um controle sobre eles.

O Dia das Crianças no Brasil

“Ser criança é difícil”. Eu ouvi essa frase de uma menina de 5 anos na minha sala de referência, em 2019. Como professora de educação infantil no município de Palhoça, em Santa Catarina, sempre estive envolvida nos processos de escuta e de trocas constantes com as crianças. Nessa ocasião, não só o que ela disse me afetou, mas também o sofrimento que essa criança demonstrava estar vivendo. Esta é uma declaração do nosso presente, mas que também poderia ser utilizada no passado. Algumas pessoas podem dizer que é exagero uma afirmação dessas, todavia, na história da vida humana, a infância^{xv} nunca foi fácil, e, mesmo hoje, ainda não é. Esta fase foi e ainda é um lugar permeado de dores, violências, ausências físicas, emocionais, econômicas e sociais. Durante um bom tempo, as narrativas históricas sobre as crianças foram construídas a partir de um lugar coadjuvante, como uma sombra dos adultos. O cotidiano das crianças começou a aparecer em narrativas históricas na história das guerras, como na Guerra do

Paraguai (1864-1870), por exemplo, na qual elas estiveram presentes na última batalha.^{xvi} Também aparece na história do trabalho no campo, do trabalho doméstico, da criação de animais, das plantações e do trabalho urbano, seja no comércio ou seja na indústria.^{xvii}

A escassa atenção à infância nos estudos sociais traduz de forma exemplar esta demora no estabelecimento da noção de que as crianças são gente – agindo, reagindo, capazes de criar os seus próprios mundos. Também escassa é a atenção aos diferentes ambientes (econômicos, políticos, sociais, culturais) em que crescem os membros mais novos das sociedades. Quase ausentes das estatísticas enquanto sujeitos, são incluídas nos estudos sobre a família, a escola, a saúde ou políticas sociais de assistência pública, relevantes pela sua importância enquanto futuras gerações, mas as suas atividades (linguagem, jogos, interações) permanecem por questionar fora do seu significado de marcas simbólicas do progresso do seu desenvolvimento.^{xviii}

A história das crianças aparece pouquíssimo nos textos oficiais, infinitamente dominado por uma participação histórica apenas dos adultos, predominantemente homens. É uma historicidade produzida pelos adultos como forma de dominação, como destaca Assis da Costa Oliveira, sendo um sistema de controle social, econômico e político por parte dos adultos, que têm como seus subordinados as crianças, os adolescentes e os idosos.^{xix} Esse ciclo começou a se romper quando as sociedades perceberam haver uma quantidade menor de crianças. Com mudanças e um olhar atento a mantê-las vivas além do primeiro ano de vida, a infância começou a ser pensada como um período da vida do indivíduo, desde que ele nasce até a adolescência. Políticas públicas internacionais e nacionais^{xx} voltadas para esta fase da vida humana proporcionaram novos debates e espaços pensados para as crianças como

sujeitos com direitos, o que revela uma nova forma de reconhecimento, com direitos a serem resguardados pela sociedade.

Desde o advento dos direitos sociais no mundo ocidental, durante o século XIX, as legislações adquiriram uma importância ainda maior para homens, mulheres, jovens e crianças, pois, além de regulamentar as práticas sociais, passaram a nortear a formulação das políticas públicas.^{xxi}

No Brasil, especialmente a partir da instauração da República, a mortalidade infantil foi vista como um problema. Foi um período marcado pelo higienismo e pela assistência às crianças, uma nova concepção que estava relacionada ao progresso da nação, que necessitava de capital humano. Essas iniciativas eram pensadas tanto para as crianças quanto para as mães, visando mudar a forma como a sociedade brasileira tratava o grande índice de mortalidade infantil. Ao longo desse processo de transformações, a criança passou a ser vista como importante para o futuro da nação, ocupando espaço de discussões e sendo alvo de lutas por diferentes agentes sociais, os quais buscavam um olhar especializado para elas e sua efetiva presença nos diferentes espaços coletivos de nossa sociedade.

Especialmente no Brasil, o médico Carlos Arthur Moncorvo Filho se destacou por seu trabalho realizado com crianças. Ele foi atuante em reflexões e ações que visavam à proteção e ao bem-estar das crianças. Em sua atuação clínica, criou cursos de higiene infantil e participou de diversas associações científicas voltadas para a discussão da saúde da criança. Foi pioneiro na luta pela assistência médico-social para as crianças brasileiras, destacando-se por suas ações e modelo de uma nova forma de assistência e cuidados a e com essa faixa etária, inclusive participando da constituição de festividades para as crianças, entre elas, o Dia das Crianças no Brasil.

Moncorvo Filho propugnava marcar com festividades especiais o novo valor que, em seu julgamento, deveria ser dedicado à infância. Assim, sugeriu a criação de um dia específico para elas, o dia das crianças, institucionalizado apenas em 1924 pelo presidente Arthur Bernardes.^{xxii}

A criação da comemoração anual da criança, em novembro de 1924, pelo decreto do presidente Artur Bernardes não se deu de forma isolada. Ele foi mobilizado a partir do 3º Congresso Sul-Americano da Criança, que aconteceu em 1923, na cidade do Rio de Janeiro, então capital de nosso país. No ano seguinte, o então deputado federal Galdino do Valle Filho aproveitou a recente realização do evento para elaborar o projeto de lei que estabelecia a nova data. O decreto, em seu artigo único, instituiu o dia 12 de outubro como data para comemoração da festa da criança em todo o território nacional.

O dia foi criado com objetivos políticos relacionados à construção de uma nação civilizada, na qual as crianças seriam importantes para o futuro do país. Esse objetivo não era algo particular do Brasil. Em outros países da América Latina o Dia das Crianças também estava associado ao futuro da população do país. No México, por exemplo, primeiramente a data esteve relacionada ao Dia do Trabalho, tendo objetivo político bem específico de diminuir o valor simbólico da mobilização dos trabalhadores. Posteriormente, foi inserida nas comemorações escolares, e, por fim, caiu nas graças do consumo, adquirindo carga comercial.

El Día del Niño sirvió como un mecanismo de aprendizaje y de internalización de valores simbólicos y fue tomando forma en función del contexto sociocultural que lo acogió. Pasó de un ritual político en el que se asociaba a los niños con los trabajadores del presente y del futuro y a su vez se infantilizaba a los obreros al asociar el Día del Trabajo con el del Niño, luego se convirtió en un ritual escolar al que se le agregó una fuerte carga de un ritual de orden comercial que competiría con otros dos días dedicados al consumo infantil: el Día de Natividad y de los Reyes Magos.^{xxiii}

Em nosso país, a data comemorativa das crianças só foi realmente mobilizar a sociedade em 1955. Nesse ano, houve uma grande campanha de *marketing* realizada pela empresa de brinquedos Estrela,^{xxiv} denominada *Semana do Bebê Robusto*, a qual atraiu a atenção de outros empresários desse ramo da indústria. Juntos, eles lançaram uma grande campanha publicitária para alavancar as vendas na chamada Semana da Criança. A partir de então, a comemoração do Dia das Crianças passou a incluir campanhas comerciais, as quais tinham objetivos bastante diferentes daqueles relacionados à criação da comemoração. Mais do que uma valorização da infância, as campanhas de *marketing* visavam ao consumo dos produtos de marcas e lojas voltadas para as crianças mais abastadas, excluindo as das famílias mais pobres.

A partir de então, a comemoração do Dia das Crianças vinculou-se ao comércio e ao consumo de produtos voltados para esta fase da vida, estando presente nos meios de comunicação de massa, desde a imprensa periódica até, nos dias de hoje, às redes sociais e a internet como um todo.

O Estado

O jornal utilizado como fonte histórica permite “visitar” o passado, sendo possível observar, nos discursos jornalísticos, as ideias que circulavam e o que era lembrado ou esquecido naquele momento. Um periódico é capaz de provocar mudanças no modo de pensar de um povo, nos rumos da política, na discussão de temas e problemas que fazem parte do cotidiano de uma determinada sociedade. Nas páginas da imprensa escrita são deixados vestígios dos interesses sociais, políticos e econômicos de um tempo e um lugar.

A memória social passa a ser composta pelo “discurso da informação”, que apresenta a sucessão de acontecimentos narrados na imprensa como parte de uma história vivida, imediatamente memorizada e escrita, a formar conjuntos de

crenças e símbolos, regras e práticas, os quais são combinados para significar o real e estabelecer normas sociais, de modo a homogeneizar os imaginários sociais.^{xxv}

Um dos maiores problemas para as autoridades de Florianópolis, durante a primeira metade do século XX, foi desvincular a capital catarinense do que era considerado atrasado e rústico. Isso foi sentido nas práticas cotidianas voltadas para o higienismo, nas obras de saneamento básico, na construção de grandes avenidas, entre outros. Como afirma Reinaldo Lindolfo Lohn, a cidade foi pensada, antes mesmo de ser erguida, como expressão não só dos anseios das elites dirigentes, que dominavam os mecanismos de realização da riqueza e a máquina estatal, bem como o das classes médias, com seus projetos de individualização.^{xxvi} Após o final da Segunda Guerra Mundial, com o avanço do capitalismo comercial norte-americano, uma nova tendência passou a ser seguida, a modernização pelo consumo. As classes passaram a ser mais demarcadas do que nunca e, para acompanhar essa modernização e esse novo modo de viver e estar, era indispensável comprar (aparelhos domésticos, automóveis, brinquedos, roupas).

Florianópolis se destacava por basear seu projeto de modernização em um *ethos* individual, ou seja, no consumo exacerbado em troca de destaque social. A publicidade foi usada pelo mercado de mídia, constituído pela imprensa (rádios e jornais), como estratégia para popularizar as opiniões e os interesses das correntes políticas catarinenses do Partido Social Democrático (PSD) e da União Democrática Catarinense (UDN). A modernização e o progresso, que faziam parte dos interesses políticos dominantes, passaram a ser travestidos em política em prol da cidade e da população, ordenando os discursos e as práticas sociais. A década de 1960 movimentou um novo cotidiano na capital catarinense, com novas avenidas e prédios, e o crescimento das classes médias. Surgiram novos

saberes que, mesmo com a ditadura militar, se mantiveram coordenados pelos partidos políticos e pelas oligarquias catarinenses.

A fisionomia da cidade foi determinada naquela virada de 1960 para 1970, num ambiente em que não haviam possibilidades para discussões de políticas urbanas alternativas, em virtude da ditadura militar implantada e da absoluta hegemonia do bloco de poder sobre as diretrizes traçadas para o futuro de Florianópolis.^{xxvii}

O jornal *O Estado* foi um periódico catarinense fundado em 1915, na cidade de Florianópolis, por dois jornalistas, Henrique Rupp Junior e Ulisses Costa, e que teve suas atividades encerradas em 2008. A partir da década de 1950, o periódico tornou-se apoiador do PSD, sendo dirigido até 1985 por Aderbal Ramos da Silva, que também liderava este partido e conduzia várias empresas em Santa Catarina. Os Ramos eram umas das principais famílias da oligarquia catarinense na década de 1960. Estavam conectados aos principais partidos políticos e se destacavam no ramo empresarial por todo o estado, constituindo, portanto, a elite catarinense do período.

No princípio, eram os partidos políticos. Mais especificamente, na Santa Catarina da época da criação do Sindicato, o PSD (Partido Social Democrático) e a UDN (União Democrática Nacional). Os jornais e as emissoras de rádio de Florianópolis eram conhecidos por serem “de propriedade” de uma ou de outra corrente política. A rádio Guarujá e o jornal “O Estado” elogiavam quem eram simpáticos ao PSD e expunham as mazelas dos adversários. A mesma coisa, só que com o sinal inverso, faziam a rádio Diário da Manhã e o jornal “A Gazeta”, da UDN.^{xxviii}

Em Santa Catarina, o PSD era controlado pela família Ramos, sendo um partido com um ideal conservador e um eleitorado mais centrado na zona rural. Além disso, uma estratégia adotada tanto pelo PSD quanto por outros partidos era

administrar os meios de comunicação, já que os jornais e as rádios auxiliavam como instrumentos de difusão de modelos políticos, sociais e econômicos. Os Ramos tinham muito poder em relação ao que circulava tanto nas páginas dos periódicos como nos outros meios de comunicação que controlavam. O discurso jornalístico conduziu práticas sociais, apresentou cidades e construiu uma narrativa acerca da população catarinense.

Analisar o discurso jornalístico é considerá-lo do ponto de vista do funcionamento imaginário de uma época: o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário. Em suma, o discurso jornalístico (assim como qualquer outra prática discursiva) integra uma sociedade, sua história. Mas ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade.^{xxix}

O acervo de *O Estado* encontra-se disponível no site da Hemeroteca Digital Catarinense. O catálogo de exemplares do jornal contempla o período de 1915 a 1977. O ano de 1968 apresenta publicações diárias do jornal, exceto às segundas-feiras e aos sábados. Aos domingos, *O Estado* continha as oito páginas habituais do periódico e uma outra parte intitulada *Caderno 2*, a qual tinha como editor Luiz Henrique Tancredo e como fotógrafo Paulo Dutra. As temáticas desse caderno eram variadas e apresentavam o nome de seus autores, diferente das outras reportagens das páginas convencionais do jornal. No *Caderno 2* eram abordados assuntos relevantes naquele momento no mundo e em cidades brasileiras, especialmente o Rio de Janeiro. Nas edições do *Caderno 2* de 1968, isto é, em todos os domingos, saíam a programação do cinema, diferentes receitas culinárias, a coluna "*Jornal Velho*", a qual trazia assuntos de edições anteriores do periódico. Outro ponto comum em todas as edições do *Caderno 2* daquele ano se refere ao fato de cada uma de suas colunas terem, na maioria das vezes, o mesmo autor,

demonstrando que o caderno mantinha uma continuidade com quem nele escrevia, com seus textos e discursos, especialmente para a publicação das edições de domingo.

As peças jornalísticas comemoram as crianças

O objeto deste estudo é a análise dos discursos das reportagens de *O Estado* sobre a comemoração do Dia das Crianças de 1968. As peças jornalísticas que tratam desta comemoração naquele ano estão presentes na edição do dia 3 de outubro, já que o dia oficial das crianças, pelo calendário brasileiro, caíra em um sábado, dia que não havia publicação do jornal.

Na capa do periódico está estampada a relação estabelecida entre o Dia das Crianças e o consumo de produtos, especialmente de brinquedos. Como pode ser observado na imagem intitulada “Criança vê brinquedo no seu dia”, há uma grande exposição de produtos de diferentes fábricas para crianças. Segundo a reportagem, tudo isso era promovido na Feira de Brinquedos (Febrinco), cuja organização era do grupo de indústrias *Hoepcke S. A.* A feira foi aberta à visitação gratuita para toda população até o Natal, na loja de departamento *Magazine Hoepcke*.

Figura 1 – Criança vê brinquedo no seu dia.



Fonte: *O Estado*, 13 de outubro de 1968 (capa).

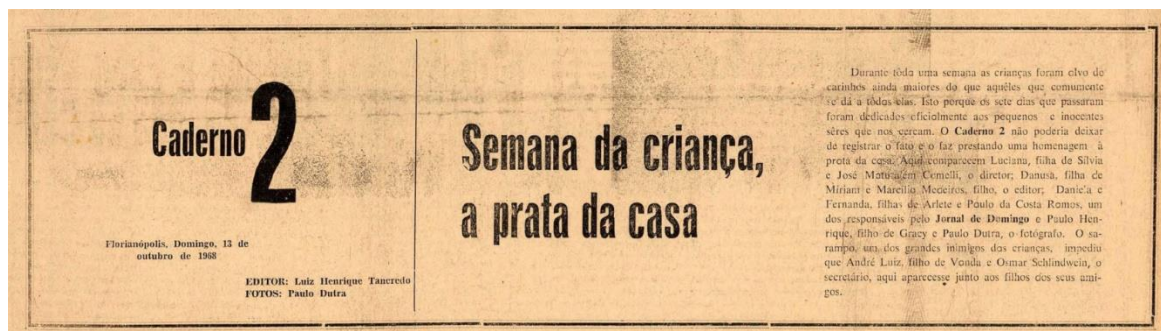
A loja *Hoepcke* foi fundada em 1883, quando Carl Hoepcke deixou de atuar apenas nas indústrias que ele tinha na cidade de Blumenau para atuar também em atividades comerciais na cidade de Desterro, atual Florianópolis. Durante a década de 1930, a marca atuava em Florianópolis com a maior fábrica de bordados e rendas da região. Para funcionar, a *Hoepcke* necessitava de mão de obra, razão pela qual, naquele período, admitiu como funcionários e funcionárias jovens que eram considerados pelo 1º artigo do Códigos de Menores de 1927^{xxx} menores de idade, por terem menos de 18 anos. Para conseguir a vaga na fábrica de bordado, mesmo sem idade, os jovens de ambos os sexos precisavam apenas solicitar “papéis” ao Juizado de Menores para que fossem autorizados a trabalhar.^{xxxi}

Entre 1942 e 1980, as atividades do *Magazine* e do grupo *Hoepcke* passaram a ser de responsabilidade do ex-governador Aderbal Ramos da Silva, o qual era casado com Ruth Hoepcke, neta do fundador da empresa. No ano de 1968, além de comandar o grupo *Hoepcke*, o ex-governador também estava à frente do jornal *O Estado*, mantendo assim tanto influência na imprensa quanto nas grandes empresas do grupo espalhadas pelo estado, especialmente nas de interesses evidenciados na capa do periódico.

A reportagem apresentada é endereçada a determinadas famílias. O discurso jornalístico mostra ao seu público tudo que a loja de departamentos tinha a oferecer para a comemoração do Dia das Crianças. No entanto, existem informações que não estão expressas no jornal, mas que ficam evidentes tanto na imagem quanto no texto das reportagens. Aquele espaço e seus produtos não estavam ao alcance de todas as crianças, somente daquelas cujas famílias tinham condições financeiras de frequentar aquele espaço e, por conseguinte, adquirir seus produtos. As crianças que viviam em lares, abrigos, instituições, ou que viessem de famílias com poucas condições financeiras dificilmente teriam

acesso a uma feira pública daquelas. Se conseguissem ir ao Magazine no seu dia especial, provavelmente poderiam apenas ver os brinquedos, como o título da reportagem anuncia.

Figura 2 – A semana da criança.



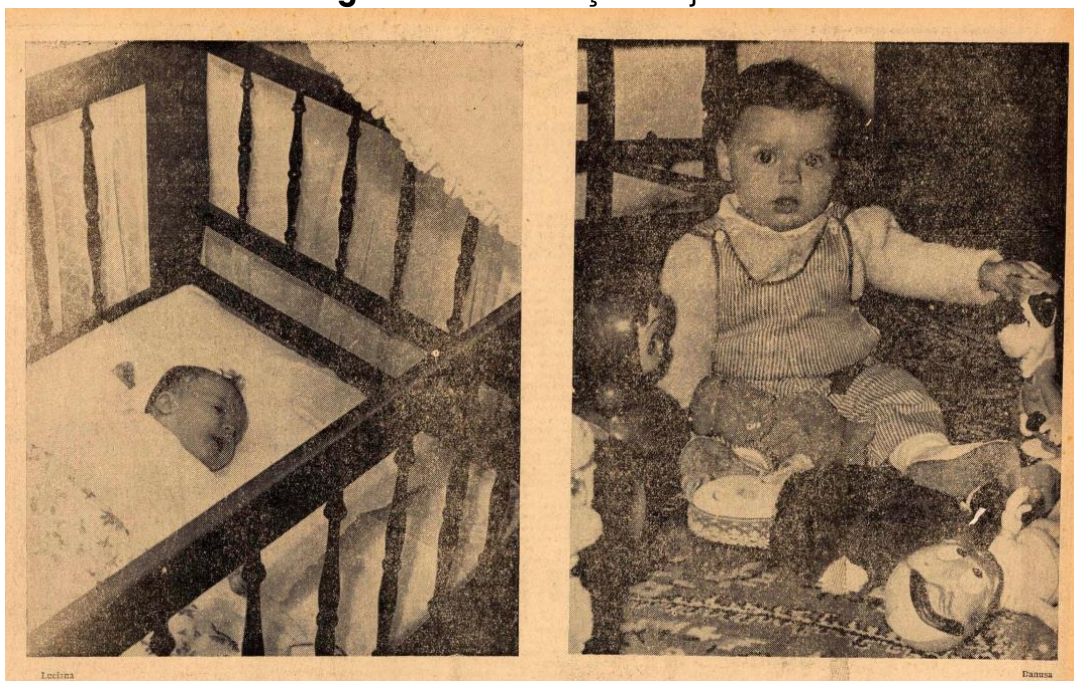
Fonte: *O Estado*, 13 de outubro de 1968 (capa do *Caderno 2*).

Na edição de domingo, dia 13 de outubro de 1968, na capa do *Caderno 2*, foram colocadas em destaque crianças que eram das famílias do diretor, do editor, do fotógrafo e de responsáveis do jornal. Essas informações constam do trecho que ressalta as comemorações e os carinhos direcionados às crianças nos sete dias que se passaram, um discurso jornalístico que revela o quanto as crianças que cercavam aquelas pessoas eram seres pequenos e inocentes. No fim do texto, há um pesar pelo filho do secretário do periódico, que precisou estar ausente dos festejos por ter contraído sarampo.

Durante toda uma semana as crianças foram alvo de carinhos ainda maiores do que aqueles que comumente se dá a todas elas. Isto porque os sete dias que passaram foram dedicados oficialmente aos pequenos e inocentes seres que nos cercam. O Caderno 2 não poderia deixar de registrar o fato e o faz prestando uma homenagem à prata da casa. Aqui comparecem Luciana, filha de Silvia e José Matusalém Comelli, o diretor; Danusa, filha de Mirian e Marcilio Medeiros Filho, o editor; Daniela Fernanda, filhas de Arlete e Paulo da Costa Ramos, um dos responsáveis pelo Jornal de Domingo e Paulo Henrique, filho de Gracy e Paulo Dutra, o fotógrafo. O

sarampo, um dos grandes inimigos das crianças, impediu que André Luiz, filho de Vanda e Osmar Schlindwein, o secretário, aqui aparecesse junto aos filhos de seus amigos.^{xxxii}

Figura 3 – As crianças do jornal.



Fonte: O Estado, 13 de outubro de 1968 (capa do Caderno 2)

Figura 4 – As crianças do jornal.



Fonte: O Estado, 13 de outubro de 1968 (capa do Caderno 2)

As crianças fotografadas estão brincando, bem vestidas e bem cuidadas, e aparentam ser crianças felizes e saudáveis. As imagens mostram um modelo romantizado de criança, o qual tem relação com os interesses de quem comandava o periódico. A criança é um ser vulnerável e deve ser amada e receber carinho, especialmente no período de festividade do seu dia. São crianças pequenas e inocentes, que necessitam da proteção de seus pais e mães. Nesse discurso apresentado pelo *Caderno 2*, evidencia-se também a rede de relações construída e mantida por aqueles que comandavam o periódico, especialmente demonstrada pela comoção em relação à criança que não pôde comparecer à festividade dedicada aos filhos de diretores, editores e fotógrafos do jornal.

Os discursos sobre a vida das crianças passaram a ser noticiados pela imprensa escrita a partir do momento em que o bem-estar delas passou a ter importância para a sociedade, e, além disso, quando a mulher deixou de ser a pessoa familiar importante a ser protegida. Os movimentos feministas ganharam força durante a ditadura, de modo que, como afirma Cristina Ponte, as mulheres foram substituídas pelas crianças como ícones de inocência e pureza.^{xxxiii}

Considerações

A comemoração do Dia das Crianças, tanto no Brasil quanto em outros países, obedeceu a um projeto das nações ditas civilizadas e articulou-se a interesses políticos. O dia tornou-se uma festividade importante nos calendários nacionais a partir de sua promoção por meio de campanhas de *marketing* em torno de produtos voltados para este público.

Na década de 1960, a imprensa periódica publicava diferentes reportagens e discursos acerca das crianças. Como afirmam Arend e Lazarotto, circulavam nos discursos jornalísticos diferentes infâncias, tanto as idealizadas quanto as pobres.^{xxxiv} O periódico *O Estado* apresentou seu discurso nas reportagens sobre o

Dia das Crianças em outubro de 1968. Nelas, predominava um modelo de criança idealizado. As imagens e os textos apresentados no dia 13 de outubro daquele ano voltaram-se para uma camada da população com melhores condições financeiras, sociais e políticas.

Excluía-se as crianças que viviam em abrigos ou instituições especializadas, bem como as que pertenciam às famílias com poucas condições financeiras para comemorar o Dia das Crianças. Todas elas foram esquecidas pelo periódico. Em 1968, ápice da violência, da repressão e da perseguição, crianças foram torturadas e presas, e algumas foram “abandonadas” por suas famílias. Lares e instituições viviam de doações e caridade para oferecer às crianças o mínimo para a sua sobrevivência. No entanto, como destaca Cristina Ponte, o periódico escolheu tratar da comemoração do Dia das Crianças a partir das práticas de consumo instauradas na década de 1950, usando imagens de crianças brancas, saudáveis e felizes.^{xxxv}

Por fim, o periódico, ao idealizar e romantizar as crianças, coloca-as como sujeitos iguais, como se todas tivessem os mesmos direitos e as mesmas oportunidades. Ainda que a Constituição de 1988, após o fim da ditadura, elege-se a criança como sujeito de direitos, para muitas delas, esses direitos ainda permaneciam e permanecem inalcançados, existindo apenas na letra da lei. Há um passado ainda vivo nos dias de hoje, e, como lembra Paul Ricoeur, a nossa forma de viver e pensar nosso presente não é consequência do acaso.^{xxxvi} No tempo presente, as crianças ainda sofrem e são excluídas pela sua condição social, pela cor da pele, pela estrutura familiar, pelo lugar onde vivem.

Notas

- ^I AREND, Sílvia Maria Fávero; LAZAROTTO, Aline. Notícias de infâncias na Ditadura Militar: em foco o jornal Folha d'Oeste (Chapecó/SC, 1966-1970). **Revista de Memória do Oeste de Santa Catarina**, Chapecó, v. 33, n. 53, 2020. Cadernos do CEOM. p. 176.
- ^{II} LOHN, Reinaldo Lindolfo. O tempo da notícia: cidade, ditadura e redemocratização nas páginas de O Estado (Florianópolis, SC, 1964-1985). **Anos 90**. Revista do Programa de Pós graduação em História, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 121-147, 2012. p. 122.
- ^{III} RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças**. A história das políticas sociais, da legislação e da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011. p. 16-17.
- ^{IV} FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France. Pronunciada em 2 dez. 1970. São Paulo: Editora Loyola, 1996. p. 8-9.
- ^V MIRANDA, Humberto da Silva. Política Nacional do Bem-Estar do Menor e a Aliança para o Progresso. **Revista conhecer**: debate entre o público e o privado. v. 10, n. 25, 2020.
- ^{VI} AREND, Sílvia Maria Fávero; DAMINELLI, Camila Serafim. Políticas sociais para infância e juventude carente e infratora (1970-1980). In: BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). **Histórias na Ditadura**: Santa Catarina (1964- 1985). Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- ^{VII} SOSENSKI, Susana. El Día del Niño en México: del festejo del trabajo a la fiesta del consumo (1920-1940). In: AREND, S. M. F.; MOURA, E. B. B.; SOSENSKI, S. (Orgs.) **Infâncias e Juventudes no século XX**: histórias latino-americanas. Ponta Grossa: Todapalavra, 2018. p. 141-166.
- ^{VIII} ROUSSO, Henry. Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rouso. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201-216, jan./jun. 2009. p. 209.
- ^{IX} FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2020. p. 62.
- ^X CARDOSO, Luisa Rita. **"Não sei e não quero dizer"**: tortura e infância na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- ^{XI} MIRANDA, 2020, *op. cit.*, p. 145.
- ^{XII} AREND; DAMINELLI, 2014, *op. cit.*, p. 182.
- ^{XIII} MIRANDA, *op. cit* 2020.
- ^{XIV} AREND; DAMINELLI, 2014, *op. cit.*, p. 197.
- ^{XV} Diferentes formas de conceituar a infância emergem ao longo dos anos e das pesquisas históricas. No século XVIII, Jean Jacques Rousseau fazia uma romantização da infância como fase de inocência e pureza. John Locke afirmava que a infância era composta de indivíduos que eram como uma folha em branco, na qual se escrevia o que se quisesse (*tábula rasa*). No século XIX, o historiador Philippe Ariès produziu mudanças no conceito de infância, estabelecido a partir das relações entre adultos e crianças (família), o que proporcionou novas experiências de ser criança. No século XX, a infância tornou-se a fase a qual pertencem sujeitos de direitos, sendo, inclusive, centro de políticas públicas voltadas para essa fase da vida.
- ^{XVI} CARMO, Michel Gomes do. **Imprensa e representações**: imagens de crianças e mulheres no contexto da Guerra do Paraguai (1864 - 1870). Dissertação de Doutorado Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) - 2020.
- ^{XVII} MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. O processo de produção do capital. Boitempo. São Paulo, 2011. Prefácio da primeira edição (115-117). Livro 1.

- ^{xviii} PONTE, Cristina. **Crianças em notícia**: A construção da infância pelo discurso jornalístico 1970–2000. Editora Imprensa de Ciências Sociais. Universidade de Lisboa, 2005. p. 4.
- ^{xix} OLIVEIRA, Assis da Costa. Colonialidade do poder adultocêntrico e/nos direitos de crianças e jovens. **Revista Culturas Jurídicas**, Niterói, v. 8, n. 20, 2021.
- ^{xx} Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959); Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989); Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), entre outros.
- ^{xxi} AREND, Silvia Maria Fávero. Direitos humanos e infância: construindo a Convenção sobre os direitos da criança (1978–1989). **Tempo**, Niterói, v. 26, n. 3 set./dez., 2020. p.606.
- ^{xxii} FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899–1930). **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, supl. 1, dez. 2011. p. 207.
- ^{xxiii} SOSENSKI, 2018, *op. cit.*, p. 164.
- ^{xxiv} Indústria de brinquedos fundada no Brasil em 1937, pelo alemão Siegfried Adler, que no seu início fabricava bonecas de pano e carrinhos de madeira.
- ^{xxv} LOHN, 2012, *op. cit.*, p. 123.
- ^{xxvi} LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro**: relações de poder e cultura urbana em Florianópolis, 1950 a 1970. 2002. Tese (Programa de Pós-graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. p. 10.
- ^{xxvii} *Ibidem*, p. 418.
- ^{xxviii} VALENTE, César. A imprensa na Grande Florianópolis. In: BALDESSAR, M. J., CHRISTOFOLETTI, R. (Orgs.) **Jornalismo em perspectiva**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005, p. 71.
- ^{xxix} MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Discurso Fundador**: a formação do país e a construção da identidade pessoal. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2001. p. 31–42. p. 33.
- ^{xxx} BRASIL. Decreto-Lei n. 17.943A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Coleção de Leis do Brasil, Brasília, 1927.
- ^{xxxi} AREND, Silvia Maria Fávero. Legislação menorista para o trabalho: legislação menorista para o trabalho: infância em construção (Florianópolis, 1930–1945). **Caderno Espaço Feminino**, v. 17 n. 1, p. 269–292, 2007.
- ^{xxxii} SEMANA da criança, a prata da casa. **O Estado**, Florianópolis, n. 15.995, p.9, 13 out. 1968. Caderno 2. Grifo do autor.
- ^{xxxiii} PONTE, 2005, *op. cit.*, p. 87.
- ^{xxxiv} AREND; LAZAROTTO, 2020, *op. cit.*, p. 179.
- ^{xxxv} PONTE, Cristina, 2005, *op. cit.*, p. 38.
- ^{xxxvi} RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. São Paulo: WMF Martins, 2010.

Fontes

SEMANA da criança, a prata da casa. **O Estado**, Florianópolis, n. 15.995, p. 1, 13 out. 1968. Caderno 2. Disponível em: <https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=884120&p>

[esq=o%20estado&hf=hemeroteca.ciasc.sc.gov.br&pagfis=100636](#) Acesso em: 10 jul. 2023.

Referências

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3319> Acesso em 11 mar. 2024.

AREND, Silvia Maria Fávero. Legislação menorista para o trabalho: legislação menorista para o trabalho: infância em construção infância em construção (Florianópolis, 1930-1945). **Caderno Espaço Feminino**, v. 17 n. 1, p. 269-292, 2007. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/cedoc/revistas/0/volumes-eletronicos/0/3447>. Acesso em: 04 set. 2024.

AREND, Silvia Maria Fávero. Direitos humanos e infância: construindo a Convenção sobre os direitos da criança (1978-1989). **Tempo**, Niterói, v. 26, n. 3 set./dez., 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/3yQdSd3dszWQZSyQLNVCBwM/?lang=pt> Acesso em 18 mar. 2024.

AREND, Silvia Maria Fávero; DAMINELLI, Camila Serafim. Políticas sociais para infância e juventude carente e infratora (1970-1980). In: BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). **Histórias na Ditadura**: Santa Catarina (1964- 1985). Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

AREND, Silvia Maria Fávero; LAZAROTTO, Aline. Notícias de infâncias na Ditadura Militar: em foco o jornal Folha d'Oeste (Chapecó/SC, 1966-1970). **Revista de Memória do Oeste de Santa Catarina**, Chapecó, v. 33, n. 53, 2020. Cadernos do CEOM. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/5853>. Acesso em: 28 ago. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 17.943A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. **Coleção de Leis do Brasil**. Brasília: CLB, 1927. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04 set. 2024.

CARDOSO, Luisa Rita. **“Não sei e não quero dizer”**: tortura e infância na ditadura civil-militar brasileira (1964–1985). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, 2015.

Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/2025/luisa_rita_cardoso.pdf

Acesso em: 16 mar. 2024.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2020.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29–60, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbh/a/NCQ3t3hRjQdmgtJvSjLYMLN/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 10 jul. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899–1930). **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, supl. 1, dez. 2011,

p.199–225.

Disponível

em:

<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/pMzXR6Xv9xBJgG9gyc4ZrZv/abstract/?lang=pt>.

Acesso em 03 out. 2024.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro**: relações de poder e cultura urbana em Florianópolis, 1950 a 1970. 2002. Tese (Programa de Pós-graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/28977>. Acesso em 04 set. 2024.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. O tempo da notícia: cidade, ditadura e redemocratização nas páginas de O Estado (Florianópolis, SC, 1964–1985). Anos 90. **Revista do Programa de Pós graduação em História**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 121–147, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/30624>. Acesso em 04 set. 2024.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Discurso Fundador**: a formação do país e a construção da identidade pessoal. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2001. p. 31–42.

MIRANDA, Humberto da Silva. Política Nacional do Bem-Estar do Menor e a Aliança para o Progresso. **Revista conhecer**: debate entre o público e o privado. v. 10, n. 25, 2020. 2 sem. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/issue/view/256>. Acesso em 28 ago. 2024.

OLIVEIRA, Assis da Costa. Colonialidade do poder adultocêntrico e/nos direitos de crianças e jovens. **Revista Culturas Jurídicas**, Niterói, v. 8, n. 20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/52396>. Acesso em 04 set. 2024.

PONTE, Cristina. **Crianças em notícia**: A construção da infância pelo discurso jornalístico 1970-2000. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. 3. t. São Paulo: WMF Martins, 2010.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças**. A história das políticas sociais, da legislação e da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

ROUSSO, Henry. Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201-216, jan./jun. 2009.

SOSENSKI, Susana. El Día del Niño en México: del festejo del trabajo a la fiesta del consumo (1920-1940). In: AREND, S. M. F.; MOURA, E. B. B.; SOSENSKI, S. (Orgs.) **Infâncias e juventudes no século XX**: histórias latino-americanas. Ponta Grossa: Todapalavra, 2018. p. 141-166.

VALENTE, César. A imprensa na Grande Florianópolis. In: BALDESSAR, M. J., CHRISTOFOLETTI, R. (Orgs.) **Jornalismo em perspectiva**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005. p. 71-84

Submetido em: 15/03/2024

Aprovado em: 30/08/2024

Publicado em: 12/11/2024